Figura 1 - Participantes da mesa "Mulheres e experiências na educação como resistência". Fonte: Equipe CRDH/NUPSEX

# Seminário sobre Mulheridades e Políticas Públicas: Desafios na Efetivação da Extensão Universitária como Política das Diferenças

Daniela Dalbosco Dell'Aglio: Psicologia - UFRGS
Fernanda dos Santos de Macedo: Psicologia - UFRGS
Acadêmica de Ciências Sociais: Priscila Andréa da Cruz

## O CRDH/NUPSEX e um breve histórico dos Seminários

Considerando que determinados corpos são atravessados por um permanente estado de exceção desejado pelo Estado, através de uma estrutura social que tem como norma excluir quem carrega consigo os marcadores dissidentes de raça, gênero, sexualidade e outros, ainda, tendo em vista que a classificação binária de gênero condiciona o grupo social "mulheres" a uma segunda categoria, ao mesmo tempo que tal grupo é composto por experiências únicas que coexistem dentro da diversidade, se faz necessário considerar essas pluralidades na construção das políticas públicas e nas estratégias de ensino e extensão universitária.

Considerando todo esse contexto, o Centro de

Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH) que é um Programa de Extensão vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) do Instituto de Psicologia da UFRGS – e tem como objetivo a promoção dos Direitos Humanos, especialmente em relação ao racismo e à violência contra mulheres cis e trans, homens trans, gays, lésbicas, travestis entre outras identidades que se atravessam a possíveis opressões em relação ao gênero e à sexualidade - organizou o VII Seminário "Diversidade Sexual, Relações de Gênero, Raça e Políticas Públicas – Diálogos Interseccionais e Mulheridades: Políticas de Educação, Saúde, Segurança e Território[1]", o qual iremos descrever neste artigo.

A equipe do CRDH/NUPSEX desenvolve ações acerca das questões de raça, gênero e diversidade sexual, tais como: acolhimento à população vítima de alguma dessas violências; formações para trabalhadores da saúde, educação, assistência social, entre outras; oficinas e rodas de conversa com grupos de jovens nos quais se identifica alguma demanda relacionada ao nosso campo de trabalho. Portanto, o VII Seminário Diversidade Sexual, Relações de Gênero, Raça e Políticas Públicas, que se propôs a debater diferentes temáticas que envolvem os eixos centrais de discussão do CRDH/NUPSEX, se insere objetivamente na área de formação de operadores das políticas públicas.

Ao mesmo tempo, é um momento de construção de conhecimento sobre as temáticas abordadas, pois reúne pessoas de espaços e experiências diversas no mesmo evento, desencadeando um processo também que pode ser utilizado na discussão da relação entre a universidade e a extensão. Isto é, repensar a função social da Extensão e o quanto essa ação é conformada por tensionamentos, desde o âmbito universitário e aos demais sujeitos que estão em interação com a política de Extensão.

1. Esse Seminário foi realizado entre os dias 15 e 18 de julho de 2017 no Instituto de Psicologia e no Salão de Atos II da UFRGS.

O Seminário anteriormente mencionado é organizado, anualmente, pelo CRDH. Sua primeira edição ocorreu no ano de 2011, e contemplou a formação profissional em relação à compreensão da diversidade sexual e de gênero, destinando-se às trabalhadoras e trabalhadores, e militantes do movimento LGBT, que objetivam a igualdade de direitos. Em 2012, o encontro teve como tema as políticas públicas relacionadas à educação para a diversidade sexual e de gênero, bem como o papel dos movimentos sociais no controle social das políticas contra a discriminação.

No ano de 2013, o Seminário teve como subtítulo "Estado, Laicidade e Sexualidade - Fronteiras de Liberdade Religiosa". O enfoque explicitava as tensões entre a liberdade religiosa e as manifestações de homofobia/transfobia que atravessam a formulação de políticas em nome de religião.
No ano seguinte, em 2014, teve como subtítulo "Direitos Sexuais e Diversidade no Debate Eleitoral: Avanços, Ruptura e Retrocessos". Em meio ao debate eleitoral, surgiram diversas declarações contra a diversidade sexual e de gênero, com manifestações públicas homofóbicas, frequentemente relacionadas a discursos religiosos.
A quinta edição, em 2015, intitulou-se "Políticas Públicas e Transvestilidades/Transexualidades: Educação, Saúde, Segurança e Trabalho. Diálogos Brasil-Canadá", com o foco nas políticas públicas voltadas para transexuais, travestis e transgêneros.

No ano de 2016, com o intuito de evidenciar o marcador racial, o VI Seminário "Políticas Públicas para a População Negra - Diálogos Interseccionais" abordou questões considerando o panorama atual das políticas públicas para a população negra no Brasil e os debates crescentes em torno do racismo e do conceito de interseccionalidade. As mesas do seminário contemplaram diferentes esferas das políticas públicas, tomando como ponto de partida o marcador racial e sua articulação com outros marcadores, principalmente gênero e sexualidade.

A partir desse breve histórico, podemos perceber

como as temáticas de gênero e sexualidade, apenas, não eram suficientes ao atuar na temática de direitos humanos, uma vez que, quando se parte de uma perspectiva da interseccionalidade (adotada pelo NUPSEX/CRDH no modo de refletir e realizar suas ações e pesquisas), é importante que se pense os diferentes marcadores sociais de forma a que nenhum possua um peso ou importância maior que o outro. Ou seja, ao falar de qualquer marcador social como gênero, sexualidade, raça, escolaridade, classe, etnia, geração e deficiência, é importante pensar como eles se articulam e produzem subjetividades.

## Desafios e potência de atuar com/a partir das Interseccionalidades

Kimberlé Crenshaw (2004), pesquisadora norte-americana, é conhecida como a primeira teórica a apresentar uma teoria sociológica sobre a interseccionalidade, a partir dos marcadores de raça e gênero, no ano de 1989. Antes disso, o termo já era utilizado dentro da militância negra estadunidense. Crenshaw explica a questão das sobreposições dos marcadores em relação à proteção dos direitos humanos:

> (...) significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade (2004, p.9).

Para Avtar Brah e Ann Phoenix (2004), o conceito de interseccionalidade significa poder dar visibilidade aos efeitos variados, os quais os múltiplos eixos de diferenciação se intersectam em contextos historicamente específicos. Isso significa que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas a padrões iguais. Dessa forma, o significado de "mulher", por exemplo, dentro do debate do feminismo interseccional, deve considerar fatores econômicos, políticos, culturais, físicos, subjetivos e de experiência, podendo dar significados múltiplos para o que significa "ser mulher". A partir dessas reflexões e de algumas reverberações do seminário no ano de 2016, surgiu a proposta, portanto, de pensar na temática das "mulheridades", articulada com esses diferentes marcadores sociais, de forma a também discutir o conceito e sujeito "mulher" sem essencializar ou tomar enquanto dado. Justamente, colocar em discussão a pluralidade que emerge dessa categoria.

Ainda durante o Seminário de 2016, participantes apontaram sobre o fato dos eventos promovidos por universitários serem realizados, quase em sua totalidade, dentro da própria Universidade, restringindo o acesso da população da periferia e pessoas em vulnerabilidade, entre outros grupos que não circulam frequentemente por esse espaço. Além disso, esses públicos sequer estavam relacionados às redes pelas quais a divulgação do evento era propagada. Assim, a partir de reflexões de como a relação academia/periferia/movimentos sociais/políticas públicas parecia distante em muitos momentos, nas reuniões do CRDH se discutiu como fazer essa aproximação de maneira a contribuir para o debate de diferentes formas, sem polarizar essas realidades e localidades. Como uma primeira proposta, se pensou realizar em 2017, o habitual seminário fora dos espaços cercados pelos muros acadêmicos. Essa discussão fez o grupo pensar qual era a proposta do seminário e amadurecer a temática da Extensão em si. Qual o público que queremos atingir? Quem se interessa pela temática do seminário? O modelo de mesas-redondas abrange uma diversidade a qual estamos propondo?

Esse debate nos coloca a pensar a diretriz dos Direitos Humanos aliada à extensão universitária. A educação em Direitos Humanos na universidade, como propõe Maria Zenaide (2003) é

uma ação recente, oriunda do momento pós-ditadura militar, sendo a universidade pública brasileira um espaço de exercício da educação em prol da conquista da democracia. Por esse motivo, é quase impossível dissociar a interface dos Direitos Humanos dentro da universidade, com o campo de ação política e movimentos sociais. Dessa forma, realizando o que se propõe a extensão universitária, através de projetos que sejam voltados para comunidades populares, escolas de rede pública, universitários e órgãos de segurança e justiça que dialogam com a proposta do seminário.

A partir dessa relação Extensão/Universidade e como esta de fato dialoga com as populações as quais se propõe, o coletivo pensou num primeiro momento em fazer a atividade em algum espaço na periferia de Porto Alegre, tendo referência se possível num centro comunitário. Consideramos que um espaço não central poderia dificultar o acesso de pessoas acadêmicas e de outros possíveis interessados que moram em lados opostos da cidade, além de o horário do seminário continuar sendo comercial, impedindo que pessoas que trabalhem possam acessar o evento.

Para dar conta dessa inquietação, nesse ano, como uma primeira experiência propusemos a inserção de oficinas mediadas por outros coletivos, além das mesas redondas. Com isso, poderíamos quebrar o padrão acadêmico de mesas-redondas e ainda, possibilitar às pessoas que estão ocupadas no período comercial pudessem participar do evento de alguma forma. Assim, no sábado anterior ao início do seminário, nos encontramos no Instituto de Psicologia com duas propostas: 1) oficina de teatro com o grupo Levanta Favela. Essa oficina trouxe exercícios livres para mexer o corpo e trabalhar com o improviso, além de potencializar um espaço potente de trocas entre mulheres. A atividade se encerrou com uma dramatização sobre ser mulher, que trouxe a temática do abuso, das mulheres negras e da construção social de papéis de gênero; 2) oficina "Mulheridades: vivências interseccionais", mediada por integrantes da ONG THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos – em que as mulheres falaram sobre suas trajetórias e experiências de fortalecimento a partir da potência desse encontro.

Ao formular o nosso material de divulgação, pensamos em como corresponder à interseccionalidade que estávamos propondo. Por isso, o centro do cartaz é de uma mulher negra, questionando o fato de que quando se fala em "mulher", se supõe ou se espera a imagem de uma mulher branca, como se representasse uma suposta neutralidade. Ao fundo, é possível observar imagens de diferentes territórios, do campo e da cidade, que fala sobre quais espaços as mulheres têm ocupado e resistido. Ainda, com a bandeira do transfeminismo, o material fala da perspectiva que o CRDH/NUPSEX propõe, que é de enxergar o ser mulher dentro de sua pluralidade referente aos marcadores de sexo e gênero (Figura 2).

Figura 2 - Cartaz de divulgação. Crédito: Perseu Pereira

Da mesma forma, essa foi a primeira edição do seminário em que o marcador "deficiência" teve visibilidade. Buscamos que os modos de acessibilidade fossem um tema presente nas mesas, ao passo que tentamos ampliar o acesso aos diferentes copos no seminário. Para efetivar a acessibilidade ao evento, contatamos o Incluir – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRGS, que nos auxiliou com a descrição da imagem do cartaz de divulgação, disponibilização de tradutor-intérprete de Libras (caso fosse solicitado por algum participante), além de instruções sobre reservar salas acessíveis (com rampas, em edifícios com elevador ou no térreo) e como repensar a produção de materiais e meios de divulgação de nossos eventos. Tendo em vista o curto período para produção do material de divulgação desde quando tais questões foram problematizadas no CRDH/NUPSEX, julgamos ter dado alguns passos na promoção de um evento mais acessível, mas ainda há muitas barreiras a serem transpostas nos meios e materiais de divulgação, nas temáticas, nos convites realizados para que a acessibilidade seja aprimorada.

## Mulheridades em debate: diversidades e seus territórios

No ano de 2017, com o subtítulo "Diálogos Interseccionais e Mulheridades: Políticas de Educação, Saúde, Segurança e Território", o seminário teve como principal objetivo discutir as políticas públicas dirigidas às mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional onde os marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe e raça apareceram atravessados de forma plural às diferentes mesas de debate e também às oficinas oferecidas. Mulheres negras, trans, lésbicas, da periferia, que participam de ocupações, prostitutas, que vivem na rua e com deficiências, foram o foco deste seminário, o qual oportunizou a elas visibilidade, espaços de fala, compartilhamento de experiências e troca de saberes.

Na abertura do VII Seminário, realizada por Henrique Nardi (Diretor do Instituto de Psicologia e Coordenador do CRDH/NUPSEX), Paula Sandrine Machado (coordenadora do CRDH/NUPSEX) e Gisele de Mozzi (integrante do CRDH/NUPSEX e representante da organização desse seminário), foi apresentado o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (CRDH/NUPSEX), o histórico dos Seminários e a proposta e expectativas para essa edição.

A primeira mesa, intitulada "Trajetórias e perspectivas: mulheres e seus territórios", contou com a participação de Monique Prada, Vice-Presidenta da Central Única de Trabalhadoras Sexuais (CUTS), Kate Lima, Militante do Coletivo Indígena da UFRGS e Natália Salau Jobim, coordenadora da Ocupação Mulheres Mirabal. Na mesa, foi colocado em debate como mulheres, em seus diferentes territórios, dialogam com situações de vulnerabilidade e violências, mas, ao mesmo tempo, propõem estratégias potentes que buscam dar conta dessas demandas.

No turno da tarde, "Mulheres e saúde em pluralidades", mesa composta por Anahí Guedes de Melo, doutoranda do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS/ UFSC, Iyá Sandrali de Oxum, Iyalorixá, Psicóloga, Secretária Executiva do Conselho do Povo de Terreiro/ RS, Alessandra Greff, trabalhadora da área da saúde e Daiana Santos, Educadora Social, militante e estudante de saúde coletiva, colocaram em questão a ótica de que "saúde da mulher" está relacionada necessariamente à saúde reprodutiva, apresentando outras preocupações, especialmente questões relacionadas à deficiência e à raça. No final do primeiro dia, houve um espetáculo com o grupo Levanta Favela, "A mulher crucificada", a qual articulou temáticas abordadas nas mesas, como violência de gênero, machismo e racismo.

No segundo dia dedicado às mesas temáticas, a manhã iniciou com uma apresentação de um minidocumentário a respeito da Vila Dique. Em seguida veio a fala de Cecília Richter, trabalhadora do Ação Rua e militante do Movimento Nacional da População de Rua, Valquíria da Silva, Aurea Ferreira, Alessandra Alves, moradoras de rua e militantes do Movimento Nacional da População de Rua, Marcelly Malta da ONG Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, e Guaneci Ávila da ONG THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, que compuseram a mesa "Estratégias e perspectivas de luta: mulheres e o Estado". O debate trouxe a relação das mulheres com o Estado, especialmente no trato de práticas violentas e abusivas, e quais as estratégias que têm se pautado como forma de enfrentamento à violência contra a mulher.

No turno da tarde, a mesa "Mulheres e experiências na educação como resistência", contou com a presença de Kassiele Nascimento, do Movimento Balanta da UFRGS, Priscila Fróes, do TRANSEnem, Luciana Soares, Professora e Comunicadora da Rádio Voz do Morro, e Profana Santos, mulher negra afro-religiosa, graduanda em Ciências Sociais. A partir de relatos localizados de experiências que vão além de um ensino formal, ficou a reflexão de que pode se pensar a educação como uma estratégia de resistência. A atividade de encerramento foi realizada com a performance: Id.Percursos, da pesquisadora/artista Rita Rosa Lende, cuja proposta coloca em voga a questão da construção de identidade da mulher negra brasileira e latino-americana, sob sua lente, narrativa e lugar de percepção pessoal/social a partir de dispositivos históricos nos fatores racismo, machismo, sexismo, misoginia, relações de afeto e classe. Atualmente desenvolve seus trabalhos e pesquisas em dança e performance em diversas linguagens das corporalidades negras contemporâneas, transversais a algumas vertentes tradicionais de Matriz Africana e Afro-brasileira entre outras práticas em dança. Sua pesquisa aponta para as relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade e classe, sob a perspectiva das artes cênicas performativas e contra-hegemônicas. Graduada em Dança pela UERGS e mestranda em artes cênicas pela UFRGS. Pesquisadora, coreógrafa, idealizadora da SEMA (Semente Atlântica) de pesquisa, produção e desenvolvimento contra-narrativo/hegemônico em dança, performance e expressividade para uma dança consciente. Dramaturga da pesquisa/dispositivo Id.Percursos (2018) em curso e coordenadora do Seminário de Dança Afro do Rio Grande do Sul em curso. (Figura 1 - Participantes da mesa "Mulheres e experiências na educação como resistência" – ver imagem de abertura do artigo e Figura 3 - Performance: Id.Percursos da pesquisadora/artista Rita Rosa Lende. Fonte: Equipe CRDH/NUPSEX).

Figura 3 - Fonte: CRDH/NUPSEX

As falas das convidadas reiteraram a urgência de se implementar nas políticas públicas, ações, serviços e recursos que contemplem a multiplicidade das necessidades das mais variadas mulheres, por exemplo, de espaços seguros para mulheres que sofreram violência doméstica, o acolhimento respeitoso àquelas que estão em

situação de rua. Quando não supridas totalmente ou parcialmente pelo Estado, o engajamento nessas questões são elementos capazes de unir pessoas diferentes na invenção de estratégias de resistência e existência. Incluindo a reivindicação coletiva pela efetivação desses direitos.

## Continuidades

Como projeto de Extensão da UFRGS, o CRDH tem o compromisso de utilizar os conhecimentos promovidos por esta instituição de ensino, a serviço da comunidade. Através do tripé ensino, pesquisa e extensão, o Centro realiza a ação devolutiva para a promoção de direitos humanos. Dessa forma, além de ações como o seminário, são propostas a realização da formação de diversos públicos sobre as questões de relações raciais, gênero e sexualidade, bem como o combate à violência contra a mulher. Outro foco do Programa é a relação com a Rede Pública de Atenção. Desta forma, estamos estabelecendo uma parceria com a assistência social do Município de Porto Alegre, visto que o CRDH desenvolve junto às instituições de acolhimento de jovens em medidas socioeducativas, formações sobre as temáticas em torno dos direitos humanos, relações raciais, de gênero e diversidade sexual. Como método pedagógico, utilizamos propostas motivadoras de ensino-aprendizagem, que partem do diálogo entre os profissionais da assistência e a comunidade em medida socioeducativa, criando assim um espaço de troca sobre suas experiências com as questões de raça, gênero e sexualidade, a fim de fomentar a reflexão e o debate das temáticas entre os usuários e profissionais da assistência social e assim, a transformação da realidade social.

Para dar continuidade às diferentes temáticas que foram discutidas no seminário, além de firmar a todo o momento a relação de Extensão da Universidade com os movimentos sociais e regiões periféricas e populares, estamos construindo oficinas temáticas que dialogam com o trabalho desenvolvido através da pesquisa, ensino e extensão. Entretanto, a relação entre a instituição de ensino e os projetos de extensão, deve ser constantemente debatida, questionada, uma vez que não estão "dadas" como óbvias muitas das interlocuções possíveis da extensão. Faz-se necessário um trabalho constante de diálogo. Sobretudo, através desses encontros, percebemos emergir tensionamentos que nos fazem repensar estratégias de articular os marcadores de diferença em nossas ações.

Acreditamos que tanto as temáticas enfatizadas a cada ano através destas edições quanto a modificação na estrutura dos seminários expõem o processo de discussão teórica em nosso grupo, que é sempre articulada com as vivências nas ações de Extensão. Ou seja, os eventos são reverberações das temáticas que o grupo passa a debater, influenciadas, também, pelo contexto sócio-político que nos circunda, especialmente, no que tange aos Direitos Humanos. E nesse ponto é que enxergamos a potência de ações como o seminário, que envolve a política atravessada a todo o momento com a discussão acadêmica, relação essa que deve estar em constante afirmação e questionamento. ◄

## REFERÊNCIAS


CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 05 de set de 2017. **Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, p.7-16, 2004.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I A Woman? RevisitingIntersectionality. **JournalofInternationalWomen'sStudies** ,v.5, n.3, p.75-86, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré T. Direitos Humanos e Extensão Universitária: A Atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In: **I Congresso Nacional de Extensão**, 1, 2002, João Pessoa. Anais. João Pessoa: EDUFPB, 2003. p.1-13..